

# Opinião

## GRUPO VALOR

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE: Roberto Inácio Marinho  
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho - José Roberto Marinho

PRESIDENTE EXECUTIVO  
Jorge Kfeng

VALOR  
é uma publicação do Grupo SIA

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghbi Kaizer  
DIRETORA DE REDAÇÃO: Tere Brandimarte  
Tere Brandimarte é responsável pelo conteúdo editorial.

# Aumenta pressão contra o regime de Nicolás Maduro

N o momento em que o presidente Jair Bolsonaro importa problemas e desgastes desnecessários à política externa brasileira, como a possibilidade de transferência da embaixada em Israel de Tel Aviv para Jerusalém e a permissão para uma base militar americana em território nacional, deve-se registrar o primeiro grande acerto do novo governo no cenário internacional. Trata-se da influência exercida pelo chanceler Ernesto Araújo no Grupo de Lima, conjunto de 14 países que tem se reunido periodicamente na capital peruana para discutir o agravamento da crise na Venezuela e articular reações à escalada ditatorial de Nicolás Maduro.

Como se sabe, ditaduras modernas não têm mais brotado de golpes militares, mas do recuo gradual da autonomia de instituições e do encolhimento progressivo de liberdades individuais. Desde antes da morte de Hugo Chávez, em 2013, a Venezuela tem desprezado símbolos da democracia. A imprensa que não se curvou aos desígnios do autocrata sofreu com o desabastecimento de papel-jornal, fim de concessões televisivas, fechamento de emissoras de rádio, apreensão de veículos de comunicação para venda a empresários amigos do regime bolivariano e até uso de violência física contra jornalistas.

Demência apresentada em outubro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sustenta que 236 pessoas ainda estão presas por razões políticas. Um relatório da Human Rights Watch contabiliza 380 casos de tortura e mais tratos contra opositores sob custódia do Estado. Em outubro, o vereador opositorista Fernando Albán desembarcou em Caracas, de uma viagem aos Estados Unidos, e foi levado ao prédio onde funciona o

qualquer traço de legitimidade. Por isso mesmo, merece repúdio a presença da senadora Gleisi Hoffmann, presidente do PFL, na solenidade, após 13 anos de cumplicidade com os desmandos do chavismo. Além de desprezo aos 2,3 milhões de venezuelanos que se refugiaram em outros países, desde 2015, a ida de Gleisi representa uma estratégia equivocada do ponto de vista interno. Pode até agradar à milícia radical, mas dificulta a reconstrução de pontes de petismo com setores moderados do eleitorado brasileiro.

Melhor, especificamente nesse tema, fez o chanceler brasileiro. Junto com o novo assessor internacional da Presidência, Filipe Martins, Araújo buscou uma posição mais assertiva do Grupo de Lima contra os abusos de Maduro. A linguagem anódina das declarações anteriores deu lugar a uma comunicação objetiva. Não só houve condenação à "ruptura da ordem constitucional e do Estado de Direito" na Venezuela, como foi exposto um roteiro para medidas práticas: restrições à concessão de empréstimos por órgãos financeiros internacionais regionais, veto à entrada de altos funcionários do regime em territórios de países que compõem o grupo, eventual bloqueio de contas bancárias e congelamento de ativos dessas autoridades no exterior.

Logo após a posse de Maduro, o Paraguai rompeu relações diplomáticas e anunciou o fechamento de sua embaixada em Caracas. O Brasil não chegou a tanto. Na linha de outros integrantes do Grupo de Lima, como o Canadá, chamou a atenção para a legitimidade do novo mandato presidencial e reiterou apoio à Assembleia Nacional, democraticamente eleita, como "autoridade executiva" neste momento.

Logo após a posse de Maduro, o Paraguai rompeu relações diplomáticas e anunciou o fechamento de sua embaixada em Caracas. O Brasil não chegou a tanto. Na linha de outros integrantes do Grupo de Lima, como o Canadá, chamou a atenção para a legitimidade do novo mandato presidencial e reiterou apoio à Assembleia Nacional, democraticamente eleita, como "autoridade executiva" neste momento.

Logo após a posse de Maduro, o Paraguai rompeu relações diplomáticas e anunciou o fechamento de sua embaixada em Caracas. O Brasil não chegou a tanto. Na linha de outros integrantes do Grupo de Lima, como o Canadá, chamou a atenção para a legitimidade do novo mandato presidencial e reiterou apoio à Assembleia Nacional, democraticamente eleita, como "autoridade executiva" neste momento.



Os Kayapó comercializam o cumaru para fabricantes de cosméticos. Por Jeferson Straatmann e Marcio Santilli

# Comunidades indígenas têm planos de gestão

O presidente Jair Bolsonaro fala muito dos índios, mas de índios que ele imagina vivem em reservas que são redomas e se assemelham a zoológicos. E acha que indígenas a se associar a frentes econômicas produtivas seria um melhor caminho. Ele bem que poderia visitar aldeias, conhecer projetos econômicos que estão gerando bons resultados mesmo na ausência de Estado. Poderia, assim, acessar informações que não estão disponíveis na sua redoma de palácio e que, infelizmente, os seus assessores ainda não foram capazes de lhe fornecer.

Para começar, existem 721 terras indígenas no Brasil e 486 concluíam a sua demarcação. Em boa parte delas, as comunidades já construíam ou estão construindo planos de gestão ambiental, que definem formas sustentáveis de uso dos recursos desse território. Nelas, os povos indígenas realizam suas atividades econômicas tradicionais de subsistência — caça, pesca, coleta, agricultura, fabricação de adornos e utensílios — e desenvolvem produtos para comercialização que visam a geração de excedentes para acessar bens de consumo e serviços.

Existe uma enorme diversidade de formas de relação entre indígenas e o mercado. Historicamente, esses povos desenvolvem uma economia de subsistência e mantêm relações de troca regulares entre si e com as próximas frentes de colonização. No entanto, as relações com o mercado recentemente se desenvolvem de maneiras diferentes, considerando as condições de contato e as oportunidades regionais.

É fácil encontrar produtos indígenas, por exemplo, em qualquer feira popular da Amazônia. Eventualmente, também em outras regiões do Brasil. Mas o que tem chamado a atenção é que, com uma situação econômica precária e a construção de parcerias e relações de mercado justas e transparentes com as comunidades, começa a se desenvolver uma nova economia da floresta que esbelta o orgulho — a biodiversidade do país. Quando isso acontece, as economias indígenas se reduzem em regimes remotos que dependem de condições logísticas custosas para escoamento. Por outro lado, parcerias bem sucedidas entre índios e empresas elevam os produtos indígenas a um novo patamar que atinge mercados mais sofisticados.

Quase tudo isso passa ao largo do poder público. A funal tem conhecimento de boa parte dessas iniciativas mas não mantém informação regular e atualizada a respeito. O Ministério da Agricultura é omisso em relação à agricultura indígena e só considera um nicho do arrendamento de terras indígenas, como desenvolvimento econômico.

A assistência técnica governamental, por sua vez, é irrelevante e quando ocorre não contempla os Sistemas Agrícolas Tradicionais, sua diversidade e potencialidades reconhecidas como patrimônio do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O acesso de produtos indígenas aos sistemas de crédito é marginal e seu aproveitamento em programas municipais de merenda escolar, por exemplo, é apenas pontual. A agenda positiva da produção indígena tem muito menos visibilidade que a agenda dos conflitos, marcada pela ilegalidade e pelo risco do patrimônio público em terras da União.

A permissividade desse cenário legal, somada ao subsídio bilionário do Estado aos setores primários da economia e ao perdão à anista a crimes ligados ao garimpo, roubo de madeira e grilagem de terras geram uma concorrência desleal com os produtos e serviços ligados às práticas e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas.

## Parcerias bem sucedidas entre índios e empresas leva os produtos indígenas a mercados sofisticados

Os índios Sateré Mawé, reconhecidos pela domesticação do guaraná, bebida apreciada internacionalmente, comercializa sua produção tradicional para diferentes parcerias pelo mundo. Assim, os produtos florestais dos Xavante e dos povos siriano são comprados por proprietários rurais que os utilizam na restauração florestal de suas fazendas.

Claro que boa parte da produção dos povos indígenas concorre com dificuldades pelo acesso a mercados, porque tem origem em regimes remotos que dependem de condições logísticas custosas para escoamento. Por outro lado, parcerias bem sucedidas entre índios e empresas elevam os produtos indígenas a um novo patamar que atinge mercados mais sofisticados.

Quase tudo isso passa ao largo do poder público. A funal tem conhecimento de boa parte dessas iniciativas mas não mantém informação regular e atualizada a respeito. O Ministério da Agricultura é omisso em relação à agricultura indígena e só considera um nicho do arrendamento de terras indígenas, como desenvolvimento econômico.

Jeferson Straatmann é doutor em engenharia de produção e professor do ISEA. Marcio Santilli é sócio-fundador do ISA.

<b>Populares</b>	<b>Editor de Notícias</b>	<b>Editor de Arca</b>
Roberto Inácio Marinho	Roberto Inácio Marinho	Roberto Inácio Marinho
<b>Populares</b>	<b>Editor de Notícias</b>	<b>Editor de Arca</b>
Roberto Inácio Marinho	Roberto Inácio Marinho	Roberto Inácio Marinho
<b>Populares</b>	<b>Editor de Notícias</b>	<b>Editor de Arca</b>
Roberto Inácio Marinho	Roberto Inácio Marinho	Roberto Inácio Marinho

Contato: (11) 3000-1000 | Redação: (11) 3000-1000 | Circulação: (11) 3000-1000

Suporte de Brasília: (61) 3000-1000 | Suporte de São Paulo: (11) 3000-1000

Para vendas e assinaturas: (11) 3000-1000 | Para publicidade: (11) 3000-1000